RECLAMAÇÃO 32.989 RIO DE JANEIRO

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

RECLTE.(S) :F.N.B.

ADV.(A/S) :HUGO MENDES PLUTARCO E OUTRO(A/S)

RECLDO.(A/S) : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE

JANEIRO

Proc.(a/s)(es) :Procurador-geral de Justiça do Estado do

Rio de Janeiro

BENEF.(A/S) : NÃO INDICADO

DECISÃO

AUTUAÇÃO – RETIFICAÇÃO.

RECLAMAÇÃO – COMPETÊNCIA DO SUPREMO – USURPAÇÃO – INEXISTÊNCIA – SEGUIMENTO – NEGATIVA.

1. O assessor Dr. Vinicius de Andrade Prado prestou as seguintes informações:

Flávio Nantes Bolsonaro, diplomado Senador da República em 18 de dezembro de 2018, afirma haver o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, no procedimento investigatório criminal nº 2018.00452470, usurpado a competência do Supremo prevista no artigo 102, inciso I, alínea "b", da Constituição de 1988.

Segundo narra, em 31 de julho de 2018, o Órgão reclamado, por meio do Grupo de Atuação Originária em Matéria Criminal, instaurou procedimento investigatório, de atribuição do Procurador-Geral de Justiça, visando elucidar "suposta prática de atividade de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores envolvendo parlamentares estaduais,

RCL 32989 / RJ

servidores e ex-servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, bem como pessoas a eles correlatas". Assevera que, desde o início da apuração, fez-se em jogo a atuação, como Deputado Estadual, considerados os documentos que acompanharam a portaria de abertura.

Conforme salienta, o procedimento teve por base o Relatório de Informações Financeiras nº 27.746, encaminhado pelo Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF em 8 de maio de 2018, dele constando o próprio nome como objeto da investigação. No dia 14 de dezembro seguinte, quando já eleito para o cargo de Senador, relata que o Ministério Público requereu novas diligências. Diz do fornecimento de outros dois relatórios complementares pelo referido Conselho – nº 34.670 e 38.484. Articula com a ausência de pronunciamento judicial prévio a autorizar, levando em conta os sigilos bancário e fiscal, a disponibilização dos mencionados documentos, a evidenciarem a nulidade da obtenção dos citados elementos.

Sustenta inobservada a competência do Supremo uma vez a ele caber o processamento e o julgamento, originariamente, nas infrações penais comuns, dos membros do Congresso Nacional. Destaca a óptica adotada pelo Pleno na questão de ordem na ação penal nº 937, relator ministro Luís Roberto Barroso, em 3 de maio de 2018, a indicar que o foro por prerrogativa de função pressupõe a prática de atos durante o exercício do cargo e relacionados às respectivas funções, ficando excetuados apenas os casos nos quais finda a instrução processual, mediante a publicação de despacho direcionado à intimação para apresentação de alegações finais, os quais não teriam a competência modificada. Realça trecho do voto proferido por Sua Excelência a revelar competir unicamente ao Tribunal definir se o fato possui ou não vinculação ao mandato. Conclui que, ante a constatação do envolvimento parlamentar federal, deve a investigação ser remetida ao

RCL 32989 / RJ

Supremo com a finalidade de ver dirimida a questão atinente à competência.

Sustenta a pertinência da concessão, de ofício, de ordem de habeas corpus em virtude da obtenção e do uso indevidos de documentos cobertos por sigilo bancário e fiscal, sem prévia autorização judicial, a revelar flagrante ilegalidade e nulidade. Evoca os artigos 654, § 2º, do Código de Processo Penal, 192 e 193, inciso II, do Regimento Interno. Frisa não questionar as atribuições do COAF, mas o compartilhamento direto de elementos protegidos com o Ministério Público, intervenção do Judiciário. Diz inadequada a solicitação, na situação, de "ampliação das informações" constantes do primeiro relatório, encaminhado espontaneamente pelo COAF. Sublinha inexistir, até o momento, supervisão judicial sobre as atividades investigativas desenvolvidas, inclusive pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro. Reporta-se ao artigo 5º, parágrafos 2º e 5º, da Lei Complementar nº 105/2011 e ao decidido na ação direta de inconstitucionalidade nº 2.859, relator ministro Dias Toffoli. Menciona jurisprudência. Entende ofendido o artigo 5º, incisos X, XII e LVI, da Constituição Federal, a resultar em vício insanável a contaminar todo o conjunto probatório surgido.

Finaliza apontando a pertinência da tramitação desta medida sob segredo de justiça ante a necessidade de preservar a vida privada, tendo em vista a juntada de cópia de documentos alusivos a registros bancários e fiscais. Cita o disposto no artigo 201, § 6º, do Código de Processo Penal.

Requer a imediata declaração de procedência do pedido para determinar a remessa do procedimento investigatório ao Supremo, suspendendo-se todos os atos de apuração. Busca, sucessivamente, em sede liminar, a suspensão dos autos na origem e, alfim, a avocação destes para que o Tribunal delibere sobre a competência para o processamento do caso.

RCL 32989 / RJ

Postula a concessão, de ofício, de ordem de *habeas corpus*, a fim de assentar a ilegalidade das provas que instruíram o citado procedimento e de todas as diligências realizadas.

A reclamação foi formalizada em 16 de janeiro de 2019.

O ministro Luiz Fux, no mesmo dia, na condição de Vice-Presidente, deferiu o pleito de medida acauteladora, para suspender o curso do procedimento investigatório criminal nº 2018.00452470, até que Vossa Excelência "se pronuncie quanto ao pedido de avocação do procedimento e de declaração de ilegalidade das provas que o instruíram". Eis as razões declinadas:

[...]

Em análise meramente prelibatória, vislumbro a presença dos requisitos para a concessão da liminar pleiteada, em caráter de urgência, durante o plantão judiciário, no sentido da suspensão do procedimento de origem, sem prejuízo de futura análise pelo Relator do feito.

Deveras, o Reclamante foi diplomado no cargo de Senador da República, o qual lhe confere prerrogativa de foro perante o Supremo Tribunal Federal, nos termos do art. 102, I, *b*, da Constituição da República.

À luz do precedente firmado na AP 937-QO, compete ao Supremo Tribunal Federal o processo e julgamento dos parlamentares por atos praticados durante o exercício do mandato e a ele relacionados.

Da análise dos autos, constata-se que a autoridade Reclamada teria solicitado informações ao COAF, acerca de dados bancários de natureza sigilosa, titularizados pelo Reclamante, abrangendo período posterior à confirmação de sua eleição para o cargo de Senador da República, sem submissão a controle jurisdicional.

RCL 32989 / RJ

Simultaneamente, o princípio da Kompetenz-Kompetenz incumbe ao Supremo Tribunal Federal a decisão, **caso a caso**, acerca da incidência ou não da sua competência originária, nos termos previstos no art. 102, I, *b*, da Constituição.

[...]

2. Assento imprópria a autuação. A tônica, no âmbito da Administração Pública, é a publicidade. O sigilo corre à conta de situações jurídicas em que a lei o preveja. Nada justifica lançar, no cabeçalho, apenas as iniciais do reclamante, em razão, até mesmo, da ampla divulgação dada a este processo.

O Pleno do Supremo, na sessão do dia 3 de maio de 2018, ao apreciar a questão de ordem na ação penal nº 937, relator ministro Luís Roberto Barroso, procedeu à reinterpretação da Constituição Federal, considerada a prerrogativa de foro, afirmando que o instituto pressupõe delito cometido no exercício do mandato e a este, de alguma forma, ligado. Excepcionou o entendimento conforme o estágio no qual o processo se encontre, afirmando ter a fase de alegações finais o efeito de prorrogar a competência. Acompanhei o Relator em parte, por entender pertinente a interpretação conferida ao preceito constitucional, tendo formado na corrente vencida tão somente quanto à ressalva, ante a premissa segundo a qual é improrrogável competência absoluta.

Reitero o que sempre sustentei: a competência do Tribunal é de Direito estrito, está delimitada, de forma exaustiva, na Constituição Federal. As regras respectivas não podem merecer interpretação ampliativa. A Lei Maior, ao prever cumprir ao Supremo julgar Deputados e Senadores, há de ter abrangência definida pela conduta criminosa: no exercício do mandato e relacionada, de algum modo, a este último.

Neste processo, a leitura da inicial revela que o reclamante desempenhava, à época dos fatos narrados, o cargo de Deputado

RCL 32989 / RJ

Estadual na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, tendo sido diplomado Senador da República no último dia 18 de dezembro. A situação jurídica não se enquadra na Constituição Federal em termos de competência do Supremo. Frise-se que o fato de alcançar-se mandato diverso daquele no curso do qual supostamente praticado delito não enseja o chamado elevador processual, deslocando-se autos de inquérito, procedimento de investigação penal ou processo-crime em tramitação.

Percebam a excepcionalidade da reclamação. Pressupõe a usurpação da competência do Tribunal, o desrespeito a pronunciamento que haja formalizado ou a verbete dotado de eficácia vinculante. Descabe utilizála, considerados os limites próprios, como sucedâneo de *habeas corpus*. Não existe, juridicamente, requerimento direcionado a ver deferida ordem de ofício, cuja iniciativa é exclusiva do Órgão julgador.

- 3. Retifiquem a autuação para fazer constar, por inteiro, o nome do reclamante, devendo a Secretaria observar o sigilo quanto ao conteúdo do processo, a teor do artigo 6º, parágrafo único, da Lei Complementar nº 105/2001.
- 4. Nego seguimento à reclamação, ficando prejudicada a medida cautelar.
 - 5. Publiquem.

Brasília, 1° de fevereiro de 2019.

Ministro MARCO AURÉLIO Relator